

A armadilha de Carajás

ESTADO DE SÃO PAULO



A tentação política matou o Cruzado no histórico encontro de maio 1986

O real fez um mês saudado com tal unanimidade de que seu tutor, o governo Itamar Franco, sofre o risco de sentir-se vitorioso antes da hora, repetindo a tragédia de 1986. Para quem não leu ou já esqueceu, o perigo é ser vítima da "armadilha de Carajás". Ela consiste em desprezar os bons conselhos do diretor de Política Monetária do Banco Central, àquela altura André Lara Resende, hoje Alkimar Ribeiro Moura, e partir para as tentações do demônio.

O diabo alimentaria a vaidade de um presidente em fim de governo, seduzido por aventuras tais como:

- Privilegiar o funcionalismo dando-lhe um aumento que a maioria dos empregados privados não teve;
- Financiar obras anedóticas como a construção de uma "escada ro-

lante" no Rio São Francisco, rejeitada como inviável em 1983 pelo então secretário de Planejamento da Seplan, José Augusto Arantes Savasini;

■ Amolecer a mão seja com o setor privado, seja com as estatais, seja com governadores e prefeitos que querem ajudar a eleger seus candidatos;

■ Tapar o rombo de bancos públicos que "esqueceram" de se submeter à dieta de emagrecimento seguida pelos grandes bancos,

privados;

■ Afrouxar demais a moeda, com medo de desaquecer por mais tempo a produção e as vendas.

A tentação política matou o Cruzado no histórico encontro de Carajás de maio/86: ao redor do presidente Sarney sentaram-se o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, seus al-

tos conselheiros econômicos e a diretoria do Banco Central. Sarney quis manter o congelamento dos preços, do câmbio, do juro. Recusou-se a brevar a monetização que destruiu o Cruzado. Ignorou que o desabastecimento era iminente. Manteve o governo obeso ignorando que o setor privado estava ávido por contratar. Gerou enormes distorções que demoliram a política econômica em poucos meses, ganhando em troca a eleição de novembro. Nem esta lhe deu, entretanto, maioria sólida no Congresso ou o reconhecimento da opinião pública. Inflação não combina com prestígio. A popularidade é transitória, só vive enquanto dura a mágica antiinflacionária.

O atual presidente da Bolívia, Gonzalo Sanchez de Losada, liquidou a hiperinflação como ministro da Fazenda no período Paz Estenssoro, um populista que se regenerou antes da senilidade. Ele explicou assim sua vitória sobre os preços: "Nós ficávamos olhando para ver se havia alguém sorrindo, contente com a política antiinflacionária. Se houvesse,

íamos atrás para ver onde havíamos errado".

Cair na armadilha de Carajás é condoer-se de quem perdeu com o Plano Real — e há muitos, seja assalariados, funcionários, militares, exportadores, governos. O fim do imposto inflacionário colheu o Tesouro e bancos — principalmente os pequenos, que enfrentam uma situação de crédito escasso, comum a qualquer pessoa que foi pedir empréstimo e deu com a cara na porta.

A monetização rápida derrubou o Cruzado, e se o governo não for severo, pode ameaçar o real antes da quarta fase, do ajuste fiscal duradouro. A moeda é avaliada por sensores delicados, cujo manejo exige muita competência. O juro atual é exagerado, mas ele é como a droga auto-ministrada cuja supressão derruba o candidato à cura. O juro que viciou os aplicadores tem que ser cortado na medida certa, e a diretoria de Política Monetária parece a melhor clínica para decidir a dose.

■ Fábio Pahim Junior é jornalista.